

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br

## Oposição coleta apoio à PEC para anistia do 8 de janeiro

Bloco trabalha para já conseguir assinaturas em até duas semanas

/ CONGRESSO NACIONAL

O líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), iniciou ontem a coleta de assinaturas para protocolar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para anistiar os presos do 8 de janeiro, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Neste momento, a PEC tem 35 assinaturas das 171 necessárias - a oposição trabalha para já conseguir o número mínimo em no máximo duas semanas.

Trata-se de uma reação à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu aplicação da Lei da Dosimetria até STF analisar medida que beneficia Bolsonaro.

“Diante da decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender a aplicação da Lei da Dosimetria, ficou ainda mais evidente para o Brasil que parte do sistema não aceita qualquer medida que represente justiça, equilíbrio e proporcionalidade para os condenados do 8 de janeiro. A resposta a esse novo abuso será dada dentro da Constituição”, disse Sóstenes.

O texto anistia todos aqueles que “participaram, direta ou indiretamente, de fatos ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023” e tenham sido condenados pelos crimes de dano qualificado, deterioração de patrimônio público, associação criminosa armada, abolição violenta do es-



Líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante lidera articulação na casa

tado democrático de direito e golpe de Estado.

Bolsonaro foi condenado pelos crimes de organização criminosa armada, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

“A decisão do Ministro Alexandre de Moraes suspendendo a lei representa uma afronta à soberania do Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal está impedindo a aplicação de uma norma aprovada pela ampla maioria dos congressista”, disse Sóstenes.

A lei aprovada pelo Congresso Nacional reduz as penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos do 8 de Janeiro e também beneficiaria Bolsonaro, condenado a 27 anos por tentativa de golpe de Estado.

O texto aprovado prevê redução de penas e facilita progressão de regime para crimes contra o estado democrático de direito.

A reação por uma PEC, porém, levaria tempo até surtir efeito. A votação de propostas de emenda à Constituição costumam levar mais tempo - em alguns casos, nesta legislatura, o governo conseguiu trabalhar para que PECs incômodas não avançassem.

Foi o caso da PEC das Drogas, que queria qualificar como ato criminoso a prática de portar entorpecentes “independentemente da quantidade”. A tramitação dessa proposta foi interrompida na Câmara, após aprovação no Senado. O governo conseguiu trabalhar para impedir que partidos indicassem membros para a formação de comissão especial para discutir esse projeto.

## Ciro descarta Planalto e mira no governo do Ceará



Cotado para disputar a Presidência da República, Ciro Gomes (PSDB) afirmou que será pré-candidato ao Governo do Ceará na eleição deste ano. Ele anunciou a intenção de entrar na disputa estadual no sábado, em Fortaleza, a integrantes do PL, partido do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Em vídeo divulgado pelo deputado federal Doutor Jaziel (PL-CE), Ciro afirma que eles fo-

ram figuras importantes na decisão de disputar a eleição no Ceará. “Estavam comigo quando tive dúvida se deveria ser pré-candidato.”

A assessoria de Ciro confirmou a opção pela eleição estadual. Ao portal G1 ele afirmou que “queria ser uma opção para essa polarização”, mas pendeu para o Ceará.

No anúncio em Fortaleza, estavam presentes os deputados estaduais Alcides Fernandes, pré-candidato ao Senado, e Dra. Silvana, ambos do PL do Ceará, além de Dr. Jaziel (PL-CE), que se autodenomina “um dos poucos

cearenses que fazem oposição a Lula em Brasília”.

Questionada pela reportagem, a assessoria de Ciro afirma que eventual apoio a Flávio Bolsonaro depende do caminho que o PSDB seguir no âmbito nacional.

O presidente do partido, Aécio Neves (PSDB), sinalizou, em novembro do ano passado, que não vai apoiar a reeleição do presidente Lula (PT) nem a candidatura de qualquer um dos integrantes da família Bolsonaro. Ciro já comandou o Poder Executivo do Ceará entre 1991 e 1994.



Repórter Brasília  
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Precatórios sob suspeita

O deputado federal gaúcho Omar Terra (PL, foto) classificou como “gravíssimo” o que chamou de “golpe dos precatórios”. A crítica ocorre após a Polícia Federal investigar suspeitas de fraude envolvendo pagamentos e cessões de créditos judiciais. Segundo o parlamentar, “fundos de investimento e escritórios compravam precatórios com deságio, alegando demora no recebimento, e depois teriam acesso ao valor integral pago pelo governo”.



## Dívida e investigação

Em 2023, o governo abriu crédito extraordinário de R\$ 93,1 bilhões para quitar precatórios atrasados em cumprimento a decisão do STF, segundo Câmara, Senado e Tesouro Nacional. Para Terra, o caso exige apuração rigorosa: “Endividaram o país para financiar um esquema monstruoso”.

## Distensão estratégica

A tendência, a partir de agora, após a reunião entre os presidentes Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva, é de uma relação mais cautelosa, porém mais objetiva; centrada em comércio, segurança e minerais estratégicos. O encontro entre os dois chefes de Estado pode inaugurar uma nova fase de pragmatismo entre Brasil e Estados Unidos, menos marcada por confrontos ideológicos e mais orientada por interesses econômicos e geopolíticos.

## Lula e Trump: diálogo interessa aos dois

Em meio à pressão eleitoral nos dois países, a redução do tom hostil interessa aos dois lados. Para Lula, significa retirar da oposição o discurso do isolamento internacional; enquanto para Trump, abre espaço para ampliar influência na América do Sul sem aprofundar desgastes diplomáticos. Por enquanto, parece bom para Brasil e EUA.

## Terras raras e crime organizado

A aproximação também projeta uma agenda de longo prazo. O interesse norte-americano nas terras raras brasileiras coloca o País no centro da disputa global por tecnologia, energia e soberania industrial. Ao mesmo tempo, o diálogo sobre segurança evita radicalizações, como o enquadramento de facções brasileiras como terrorismo, mas mantém aberta a cooperação contra o crime organizado. O próximo passo dependerá da capacidade de transformar gestos políticos em acordos concretos.

## Consignado em debate

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT), mais uma vez, saiu em defesa dos aposentados, ao apoiar a renegociação de dívidas proposta pelo governo, mas criticou mudanças no crédito consignado. Para o parlamentar, “reduzir a margem disponível empurra idosos para empréstimos mais caros e amplia o risco de superendividamento”. A avaliação é que o governo acertou ao extinguir o “cartão bandido”, mas errou ao encolher o limite do consignado tradicional.

## ‘Entre o governo e o aposentado’

Ao afirmar que “fica com o aposentado”, Pompeo de Mattos transformou o debate técnico sobre crédito em discurso político de proteção social. O deputado argumenta que limitar gradualmente o consignado pode agravar a dependência de crédito pessoal com juros elevados. A cobrança feita ao governo é direta: preservar os 45% de margem e garantir acesso ao crédito barato para despesas básicas, como remédios e alimentação.